

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Prezados Senhores,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2020 da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MUTUO SICOOB SANTA, na forma da legislação em vigor.

## 1. Política operacional

Em 2020 o SICOOB Santa completou 30 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

## 2. Avaliação de resultados

No exercício de 2020, o SICOOB Santa obteve um resultado **positivo** de R\$ 614.116,69 antes das destinações e juros ao capital próprio, representando um retorno anual de 2,35% sobre o patrimônio líquido.

## 3. Ativos

Os recursos em caixa e depósitos bancários no valor de R\$ 151.783,13, na centralização financeira no valor de R\$ 239.396,53 e no valor de R\$ 3.780.735,40 em Títulos e Valores Mobiliários, somam R\$ 4.171.915,06 em disponibilidades.

Saldo da carteira, no total de R\$ 27.085.933,68, apresentam uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 9,59%.

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual da 4,51% de carteira de crédito, no montante de R\$ 1.221.125,99

## 4. Captação

As captações, no total de R\$ 4.151.192,11, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 194,77%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$	1.687.524,23	41%
Depósitos a prazo	R\$	2.463.667,88	59%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 53,79% da captação, no montante de R\$ 2.233.094,28

## 5. Patrimônio de referência

No exercício de 2020, o patrimônio de referência do SICOOB Santa é de R\$ 23.991.134,42. O quadro de cooperados era de 6.589 havendo um decréscimo de 5,25% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

## 6. Política de crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB Santa adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 89,84% nos níveis de "AA" a "C".

## 7. Governança corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECRESP, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 8. Conselho fiscal

Eleito a cada 2 anos, com mandato até a AGO de 2022, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da central, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

## 9. Código de ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB Santa aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## 10. Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a ouvidoria do SICOOB registrou 53 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a resgate de capital, atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito. No decorrer deste exercício, registramos uma redução de 67% no número de reclamações registradas em comparação com o exercício anterior.

Das 53 reclamações, 27 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo, 30 de Março de 2021.

Diretoria Executiva

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA  
SICOOB SANTA  
BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>		<b>34.150.489,13</b>	<b>34.092.541,00</b>
<b>Circulante</b>		<b>17.425.674,25</b>	<b>19.442.553,91</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4</b>	<b>391.179,66</b>	<b>150.804,93</b>
Disponibilidades		151.783,13	41.190,13
Centralização Financeira - Cooperativas		239.396,53	109.614,80
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>5</b>	<b>3.780.735,40</b>	<b>7.170.616,06</b>
Títulos e Valores Mobiliários		3.780.735,40	7.170.616,06
<b>Operações de Crédito</b>	<b>6</b>	<b>11.451.012,37</b>	<b>11.737.327,44</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		13.284.261,34	12.772.334,66
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(1.837.651,11)	(1.035.007,22)
Financiamentos		5.817,70	-
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(1.415,56)	-
<b>Outros Créditos</b>	<b>7</b>	<b>855.029,56</b>	<b>332.715,48</b>
Créditos por Avais e Fianças Honradas		150.908,20	225,76
Rendas a Receber		28.313,65	7.066,32
Diversos		746.675,50	302.355,44
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		30.011,39	23.072,20
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(100.879,18)	(4,24)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>8</b>	<b>947.717,26</b>	<b>51.090,00</b>
Outros Valores e Bens		1.134,00	-
Despesas Antecipadas		946.583,26	51.090,00
<b>Não Circulante</b>		<b>16.724.814,88</b>	<b>14.649.987,09</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>13.795.854,64</b>	<b>11.943.008,12</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>6</b>	<b>13.795.854,64</b>	<b>11.943.008,12</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		13.787.516,70	11.943.008,12
Financiamentos		8.337,94	-
<b>Permanente</b>		<b>2.928.960,24</b>	<b>2.706.978,97</b>
<b>Investimentos</b>	<b>9</b>	<b>2.197.914,49</b>	<b>1.937.335,72</b>
Participação em Cooperativa Central de Crédito		2.147.314,47	1.892.236,44
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		31.752,95	26.372,21
Participações Empr Controlada Coop Central Crédito		18.847,07	18.727,07
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>10</b>	<b>643.442,35</b>	<b>667.739,30</b>
Imobilizado de Uso		1.087.460,46	977.665,88
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(444.018,11)	(309.926,58)
<b>Intangível</b>	<b>11</b>	<b>87.603,40</b>	<b>101.903,95</b>
Ativos Intangíveis		202.826,36	185.228,06
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(115.222,96)	(83.324,11)
<b>Total do Ativo</b>		<b>34.150.489,13</b>	<b>34.092.541,00</b>
<b>PASSIVO</b>		<b>8.045.763,69</b>	<b>4.410.048,64</b>
<b>Circulante</b>		<b>7.357.912,83</b>	<b>4.323.468,24</b>
<b>Depósitos</b>	<b>12</b>	<b>3.463.341,25</b>	<b>1.321.686,09</b>
Depósitos à Vista		1.687.524,23	424.438,40
Depósitos à Prazo		1.775.817,02	897.247,69
<b>Relações Interdependências</b>	<b>13</b>	<b>13.522,67</b>	<b>1.012,84</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros		13.522,67	1.012,84
<b>Outras Obrigações</b>	<b>14</b>	<b>3.881.048,91</b>	<b>3.000.769,31</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		488,27	9.839,38
Sociais e Estatutárias		2.985.180,81	2.442.408,92
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		125.227,26	90.436,86
Diversas		770.152,57	438.084,15
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		-	20.000,00
<b>Não Circulante</b>		<b>687.850,86</b>	<b>86.580,40</b>
<b>Depósitos</b>	<b>12</b>	<b>687.850,86</b>	<b>86.580,40</b>
Depósitos à Prazo		687.850,86	86.580,40
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>26.104.725,44</b>	<b>29.682.492,36</b>
<b>Capital Social</b>	<b>16.1</b>	<b>24.484.507,12</b>	<b>28.077.296,19</b>
De Domiciliados No País		24.542.107,68	28.081.836,86
(-) Capital A Realizar		(57.600,56)	(4.540,67)
<b>Reserva de Sobras</b>		<b>1.610.203,55</b>	<b>1.395.108,39</b>
<b>Sobras ou Perdas Acumuladas</b>		<b>10.014,77</b>	<b>210.087,78</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>34.150.489,13</b>	<b>34.092.541,00</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA  
SICOOB SANTA  
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
<b>Ingresso/Receita da Intermediação Financeira</b>		<b>4.235.847,83</b>	<b>8.393.700,09</b>	<b>4.070.265,79</b>	<b>7.775.624,35</b>
Operações de Crédito	19	4.183.667,14	8.221.653,19	3.886.534,62	7.330.992,23
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		52.180,69	172.046,90	181.902,96	433.284,03
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		-	-	1.828,21	11.348,09
<b>Dispêndio da Intermediação Financeira</b>	<b>20</b>	<b>(1.252.713,12)</b>	<b>(1.998.438,14)</b>	<b>(672.696,52)</b>	<b>(1.193.740,17)</b>
Operações de Captação no Mercado		(26.271,37)	(53.367,74)	(25.699,58)	(61.290,52)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(1.226.441,75)	(1.945.070,40)	(646.996,94)	(1.132.449,65)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>2.983.134,71</b>	<b>6.395.261,95</b>	<b>3.397.569,27</b>	<b>6.581.884,18</b>
<b>Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais</b>		<b>(2.976.260,01)</b>	<b>(5.732.244,74)</b>	<b>(2.863.824,96)</b>	<b>(4.993.776,42)</b>
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	21	122.596,86	231.225,42	101.082,37	170.687,93
Rendas (Ingressos) de Tarifas	22	97.223,58	143.486,20	9.912,51	9.939,95
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	23	(2.123.714,85)	(3.958.706,69)	(1.725.838,21)	(3.021.032,35)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	24	(1.012.220,12)	(2.004.367,81)	(1.142.027,78)	(1.958.895,72)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(48.147,18)	(82.147,53)	(19.479,23)	(87.509,21)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	25	230.167,67	309.042,57	96.434,19	151.103,14
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	26	(201.724,12)	(306.824,24)	(153.134,73)	(227.117,07)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor Recuperável		(15.446,62)	(31.570,54)	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		(2.965,47)	(5.785,81)	(21.062,00)	(21.239,00)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(22.029,76)	(26.596,31)	(9.712,08)	(9.714,18)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>6.874,70</b>	<b>663.017,21</b>	<b>533.744,31</b>	<b>1.588.107,76</b>
<b>Outras Receitas e Despesas</b>		<b>(33.954,85)</b>	<b>(33.545,27)</b>	<b>76.358,35</b>	<b>100.144,72</b>
Outras Receitas		-	409,58	137.689,28	180.603,38
Outras Despesas	27	(33.954,85)	(33.954,85)	(61.330,93)	(80.458,66)
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>(27.080,15)</b>	<b>629.471,94</b>	<b>610.102,66</b>	<b>1.688.252,48</b>
Imposto de Rendas		-	(4.339,37)	-	-
Contribuição Social		-	(4.339,37)	-	-
Participações nos Resultados de Empregados		-	-	(92.618,50)	(92.618,50)
<b>Sobras/Perdas Antes das Destinações</b>		<b>(27.080,15)</b>	<b>620.793,20</b>	<b>517.484,16</b>	<b>1.595.633,98</b>
<b>Destinações Legais e Estatutárias</b>		<b>-</b>	<b>(6.676,51)</b>	<b>-</b>	<b>58.686,01</b>
FATES		-	(1.669,13)	-	(30.058,98)
Reserva Legal		-	(5.007,38)	-	-
Outras Destinações Estatutárias		-	-	-	(30.058,98)
Reversões de Reservas		-	-	-	118.803,97
<b>Resultado Antes dos Juros ao Capital</b>		<b>(27.080,15)</b>	<b>614.116,69</b>	<b>517.484,16</b>	<b>1.654.319,99</b>
Juros ao Capital		(604.101,92)	(604.101,92)	(1.444.232,21)	(1.444.232,21)
<b>Sobras/Perdas Líquidas</b>		<b>(631.182,07)</b>	<b>10.014,77</b>	<b>(926.748,05)</b>	<b>210.087,78</b>
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		-	-	-	-

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA  
SICOOB SANTA  
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
<b>Sobras/Perdas Líquidas</b>		<b>(631.182,07)</b>	<b>10.014,77</b>	<b>(926.748,05)</b>	<b>210.087,78</b>
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>		<b>(631.182,07)</b>	<b>10.014,77</b>	<b>(926.748,05)</b>	<b>210.087,78</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA  
SICOOB SANTA  
DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas		Totais
	Capital a Realizar	Reserva de Capital	Reserva Legal	Estatutárias	Contingências	Expansão	Outras	
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Capital Subscrito</b> 25.515.285,54							
Notas								
Ào F.A.T.E.S.								
Colas de Capital à Pagar – Ex associados								
Por Subscrição/Realização		(4.540,67)						(70.000,00)
Por Devolução (-)	9.782.057,98							(159.926,35)
	(8.832.083,77)							9.777.517,31
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>								
Provisão de Juros ao Capital								(8.832.083,77)
Juros ao Capital	1.297.473,72							<b>1.595.633,98</b>
IRRF sobre Juros ao Capital	(3.292,54)							(1.444.232,21)
F.A.T.E.S.								1.297.473,72
								(3.292,54)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>28.081.836,86</b>	<b>(4.540,67)</b>	<b>706.380,17</b>			<b>688.728,22</b>		<b>29.682.492,86</b>
Por subscrição/realização	6.763.334,42	(53.059,89)						6.932.294,53
Por Devolução (-)	(11.043.763,16)							(11.043.763,16)
Estorno de Capital	(1.256,00)							(1.256,00)
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>								
Provisão de Juros ao Capital								<b>620.793,20</b>
Juros ao Capital	520.186,11							(604.101,92)
IRRF sobre Juros ao Capital	(250,55)							520.186,11
F.A.T.E.S.								(250,55)
								(1.669,13)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>24.542.107,68</b>	<b>(57.600,56)</b>	<b>1.610.203,55</b>			<b>807.532,19</b>		<b>26.104.725,44</b>
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>26.001.289,73</b>	<b>(768,82)</b>	<b>676.321,19</b>			<b>807.532,19</b>		<b>28.562.524,11</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>								
Por Subscrição/Realização	4.064.277,88	(3.771,85)						<b>322.395,93</b>
Por Devolução (-)	(3.600.307,86)							4.060.506,03
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>								
Provisão de Juros ao Capital								(3.600.307,86)
Juros ao Capital	1.297.473,72							<b>517.484,16</b>
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados	(3.292,54)							(1.444.232,21)
F.A.T.E.S.								1.297.473,72
								(3.292,54)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>28.081.836,86</b>	<b>(4.540,67)</b>	<b>706.380,17</b>			<b>688.728,22</b>		<b>29.682.492,86</b>
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<b>27.330.661,69</b>	<b>(18.447,67)</b>	<b>1.605.196,17</b>			<b>647.873,35</b>		<b>29.565.083,54</b>
Por Subscrição/Realização	3.070.043,25	(38.952,89)						3.031.090,36
Por Devolução (-)	(6.378.532,82)							(6.378.532,82)
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>								
Provisão de Juros ao Capital								(6.378.532,82)
Juros ao Capital	520.186,11							<b>(27.080,15)</b>
IRRF sobre Juros ao Capital	(250,55)							(604.101,92)
F.A.T.E.S.								520.186,11
								(250,55)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>24.542.107,68</b>	<b>(57.600,56)</b>	<b>1.610.203,55</b>			<b>807.532,19</b>		<b>26.104.725,44</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA  
SICOOB SANTA  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
<b>Sobras/Perdas Antes das Destinações</b>		<b>(27.080,15)</b>	<b>620.793,20</b>	<b>517.484,16</b>	<b>1.595.633,98</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	322.395,93	-
Juros ao Capital Recebido		(52.725,66)	(52.725,66)	(74.577,35)	(74.577,35)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(1.925,82)	-	(41.562,82)
Participações nos Resultados de Empregados		-	-	92.618,50	92.618,50
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		1.226.441,75	1.945.070,40	646.996,94	1.132.449,65
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		33.374,03	46.225,59	9.712,12	9.714,22
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		2.965,47	5.785,81	21.062,00	21.239,00
Depreciações e Amortizações		66.840,47	134.419,84	90.069,39	131.189,05
<b>Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações</b>		<b>1.249.815,91</b>	<b>2.697.643,36</b>	<b>1.625.761,69</b>	<b>2.866.704,23</b>
Títulos e Valores Mobiliários		3.081.061,17	3.389.880,66	226.613,83	2.949.941,34
Operações de Crédito		(1.795.403,70)	(3.511.601,85)	(1.714.906,36)	(4.501.387,89)
Outros Créditos		(190.676,65)	(522.314,08)	412.207,06	(217.592,61)
Outros Valores e Bens		(847.786,18)	(896.627,26)	(13.098,00)	(47.490,00)
Depósitos à Vista		1.081.489,67	1.263.085,83	344.645,00	424.438,40
Depósitos à Prazo		1.079.245,52	1.479.839,79	413.457,78	(185.753,87)
Relações Interdependências		(878,86)	12.509,83	1.012,84	1.012,84
Outras Obrigações		(368.995,56)	232.845,02	(2.547.433,96)	(2.549.920,17)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES		-	-	-	(70.000,00)
FATES Sobras Exercício		(1.669,13)	(1.669,13)	(30.058,98)	(30.058,98)
Imposto de Renda		-	(4.339,37)	-	-
Contribuição Social		-	(4.339,37)	-	-
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais</b>		<b>3.286.202,19</b>	<b>4.134.913,43</b>	<b>(1.281.799,10)</b>	<b>(1.360.106,71)</b>
Recebimento Dividendos		-	1.925,82	-	3.446,95
Distribuição Sobras da Central		-	-	-	38.115,87
Recebimento de Juros ao Capital		52.725,66	52.725,66	74.577,35	74.577,35
Aquisição de Intangível		(20.501,23)	(48.872,07)	(102.348,60)	(113.450,58)
Aquisição de Imobilizado de Uso		9.441,16	(46.950,27)	(223.929,71)	(456.235,40)
Aquisição de investimentos		(258.649,98)	(260.578,77)	(74.577,35)	(116.145,18)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>		<b>(216.984,39)</b>	<b>(301.749,63)</b>	<b>(326.278,31)</b>	<b>(569.690,99)</b>
Aumento por Novos Aportes de Capital		3.031.090,36	6.932.294,53	4.060.506,03	9.777.517,31
Devolução de Capital à Cooperados		(6.378.532,82)	(11.043.763,16)	(3.600.307,86)	(8.832.083,77)
Estorno/Cancelamento de Capital		-	(1.256,00)	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	-	-	(159.926,35)
Juros ao Capital pago		520.186,11	520.186,11	1.297.473,72	1.297.473,72
IRRF sobre Juros ao Capital		(250,55)	(250,55)	(3.292,54)	(3.292,54)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>		<b>(2.827.506,90)</b>	<b>(3.592.789,07)</b>	<b>1.754.379,35</b>	<b>2.079.688,37</b>
<b>Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>241.710,90</b>	<b>240.374,73</b>	<b>146.301,94</b>	<b>149.890,67</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		149.468,76	150.804,93	4.502,99	914,26
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		391.179,66	391.179,66	150.804,93	150.804,93
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>241.710,90</b>	<b>240.374,73</b>	<b>146.301,94</b>	<b>149.890,67</b>

## COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

#### 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **05/11/1990**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SANTA**, possui **3** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **RIO DE JANEIRO – RJ e SÃO PAULO - SP**.

O **SICOOB SANTA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 26 de março de 2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

## **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação**

### **a) Mudanças em vigor**

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## **2.2 Continuidades dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA** junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

## **3. Resumo das principais práticas contábeis**

### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.



As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

#### **d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

#### **e) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **f) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **g) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **h) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do **BANCOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **i) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **j) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **k) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **l) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

#### **n) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **o) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **p) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **q) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### **r) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

#### **s) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **t) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### **u) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

#### **4. Caixa e equivalente de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	151.783,13	41.190,13
Relações interfinanceiras - centralização financeira	239.396,53	109.614,80
<b>TOTAL</b>	<b>391.179,66</b>	<b>150.804,93</b>

## 5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020 e de dezembro 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Títulos de Renda Fixa	3.780.735,40	7.170.616,06
<b>TOTAL</b>	<b>3.780.735,40</b>	<b>7.170.616,06</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **SICOOB CENTRAL CECRESP**.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 172.046,90 e R\$ 433.284,03.

A redução dos recursos em caixa ocorreu pelo aumento da liberação de empréstimos e o aumento da devolução de capital.

## 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	13.290.079,04	13.795.854,64	27.085.933,68	24.715.342,78
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>13.290.079,04</b>	<b>13.795.854,64</b>	<b>27.085.933,68</b>	<b>24.715.342,78</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.839.066,67)	-	(1.839.066,67)	(1.035.007,22)
<b>TOTAL</b>	<b>11.451.012,37</b>	<b>13.795.854,64</b>	<b>25.246.867,01</b>	<b>23.680.335,56</b>

**Operações de Crédito:** crescimento impulsionado pela estratégia de portabilidade de operações de outras Instituições Financeiras, com relativo sucesso até abril/20.

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	132.779,16	132.779,16		54.976,41	
A 0,5% Normal	16.311.128,67	16.311.128,67	(81.555,64)	19.250.439,10	(96.252,70)
B 1% Normal	4.967.424,99	4.967.424,99	(49.674,25)	2.975.274,33	(29.752,74)
B 1% Vencidas	1.025.074,95	1.025.074,95	(10.250,75)	54.583,28	(545,83)
C 3% Normal	959.699,65	959.699,65	(28.790,99)	826.186,34	(24.785,79)
C 3% Vencidas	938.337,48	938.337,48	(28.150,12)	225.166,25	(6.754,99)
D 10% Normal	188.471,26	188.471,26	(18.847,13)	124.888,98	(12.488,90)
D 10% Vencidas	524.867,27	524.867,27	(52.486,73)	114.593,74	(11.459,37)
E 30% Normal	43.477,22	43.477,22	(13.043,17)	31.109,13	(9.332,74)
E 30% Vencidas	302.511,90	302.511,90	(90.753,57)	128.877,72	(38.663,32)
F 50% Normal	27.850,48	27.850,48	(13.925,24)	10.029,39	(5.014,70)
F 50% Vencidas	271.370,81	271.370,81	(135.685,41)	157.288,82	(78.644,41)
G 70% Normal	12.926,17	12.926,17	(9.048,32)	17.243,30	(12.070,31)
G 70% Vencidas	243.862,44	243.862,44	(170.703,71)	118.148,57	(82.704,00)
H 100% Normal	153.805,53	153.805,53	(153.805,53)	150.820,17	(150.820,17)
H 100% Vencidas	982.345,70	982.345,70	(982.345,70)	475.717,25	(475.717,25)
<b>Total Normal</b>	<b>22.797.563,13</b>	<b>22.797.563,13</b>	<b>(368.690,27)</b>	<b>23.440.967,15</b>	<b>(340.518,05)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>4.288.370,55</b>	<b>4.288.370,55</b>	<b>(1.470.375,99)</b>	<b>1.274.375,63</b>	<b>(694.489,17)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>27.085.933,68</b>	<b>27.085.933,68</b>	<b>(1.839.066,67)</b>	<b>24.715.342,78</b>	<b>(1.035.007,22)</b>

<b>Provisões</b>	<b>(1.839.066,67)</b>	<b>(1.839.066,67)</b>		<b>(1.035.007,22)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>25.246.867,01</b>	<b>25.246.867,01</b>		<b>23.680.335,56</b>	

O **Sicoob Confederação**, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

Com as demissões e reduções salariais das empresas mantenedoras, nossa inadimplência tem registrado crescimento substancial desde set/20, logo a provisão teve um aumento significativo.

No ano de 2020, tivemos uma Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) de 77,69% maior do que a Provisão realizada no exercício anterior.

Essa situação permanece ainda hoje, foi criado gabinete de crise para atuar em diversas frentes, a fim de recuperar e renegociar operações, na busca da redução da inadimplência e reversão dos valores provisionados.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

<b>Tipo</b>	<b>Até 90</b>	<b>De 91 a 360</b>	<b>Acima de 360</b>	<b>Total</b>
<b>Empréstimo</b>	4.214.882,52	9.068.261,95	13.802.789,21	27.085.933,68
<b>TOTAL</b>	<b>4.214.882,52</b>	<b>9.068.261,95</b>	<b>13.802.789,21</b>	<b>27.085.933,68</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

<b>Descrição</b>	<b>Empréstimos</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>% da Carteira</b>
Pessoa Física	27.072.416,78	27.072.416,78	99,95%
Pessoa Jurídica	13.516,90	13.516,90	0,05%
<b>TOTAL</b>	<b>27.085.933,68</b>	<b>27.085.933,68</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo inicial	(1.035.007,22)	(1.065.209,51)
Constituições	(2.819.992,33)	(2.739.063,08)
Reversões	979.865,62	1.617.886,98
Transferência para prejuízo	1.036.067,26	1.151.378,39
<b>TOTAL</b>	<b>(1.839.066,67)</b>	<b>(1.035.007,22)</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>% Carteira Total</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>% Carteira Total</b>
Maior Devedor	92.445,96	0,34%	124.334,07	0,50%
10 Maiores Devedores	713.601,65	2,62%	593.023,44	2,40%
50 Maiores Devedores	2.316.528,87	8,55%	1.729.330,22	7,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo inicial	(7.603.857,61)	(6.848.417,43)
Valor das operações transferidas no período	(2.988.413,85)	(4.213.774,07)
Valor das operações recuperadas no período	2.645.039,57	3.458.333,89
<b>TOTAL</b>	<b>(7.947.231,89)</b>	<b>(7.603.857,61)</b>

## 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Avais e Fianças Honrados		
Crédito por Avais e Fianças Honrados (a)	150.908,20	225,76
<b>Rendas a Receber</b>	-	-
Serviços prestados a receber (b)	28.310,44	6.920,24
Outras rendas a receber	3,21	146,08
<b>Diversos</b>		
Adiantamentos e antecipações salariais	16.256,14	4.849,09
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	42.013,62	1.214,01
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	72.464,52
Impostos e contribuições a compensar (c)	30.011,39	23.072,20
Títulos e créditos a receber	115.995,4	1.439,33
Devedores diversos – país (d)	572.410,34	222.388,49
<b>(-) Provisões para outros créditos</b>		
(-) Com características de concessão de crédito (e)	(100.879,18)	(4,24)
<b>TOTAL</b>	<b>855.029,56</b>	<b>332.715,48</b>

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações **oriundas de cartões de crédito** vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCOOB**, em virtude de coobrigação contratual.

(b) No item de Rendas a Receber, encontram-se registradas substancialmente receitas prestadas a receber de cartões (comissionamentos, intercâmbio, compras) repassadas pelo **BANCOOB**.

(c) Referem-se a registros de imposto de renda e contribuição social passíveis de restituição/compensação.

(d) Do montante total de R\$ 572.410,34 registrados em devedores diversos, nas quais se encontram registros dos últimos 180 dias, passíveis de tratamento e regularização.

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A 0,5% Normal	-	-	-	101,34	(0,51)
C 3% Vencidas	-	-	-	124,42	(3,73)
E 30% Normal	8.313,64	8.313,64	(2.494,09)		
E 30% Vencidas	43.299,17	43.299,17	(12.989,75)	-	-
F 50% Vencidas	14.259,52	14.259,52	(7.129,76)	-	-
G 70% Vencidas	22.567,84	22.567,84	(15.797,49)	-	-
H 100% Vencidas	62.468,03	62.468,03	(62.468,03)	-	-
<b>Total Normal</b>	8.313,64	8.313,64	(2.494,09)	101,34	(0,51)
<b>Total Vencidos</b>	142.594,56	142.594,56	(98.385,03)	124,42	(3,73)
<b>Total Geral</b>	150.908,20	150.908,20	(100.879,12)	225,76	(4,24)
<b>Provisões</b>	(100.879,12)	(100.879,12)		8,48	
<b>Total Líquido</b>	<b>50.029,08</b>	<b>50.029,08</b>		<b>221,52</b>	

## 8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Antecipadas	946.583,26	51.090,00
<b>TOTAL</b>	<b>946.583,26</b>	<b>51.090,00</b>

Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, valores de vale refeição e alimentação, despesas e adiantamento imobilizações da agência Sicoob Santa SP no valor de R\$ 884.685,43.

## 9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participações em cooperativa central de crédito (a)	2.147.314,47	1.892.236,44
Participações inst financ controlada coop crédito (b)	31.752,95	26.372,21
Participações empr controlada coop central crédito (c)	18.847,07	18.727,07
<b>TOTAL</b>	<b>2.197.914,49</b>	<b>1.937.335,72</b>

- (a) Referem-se aos investimentos (cotas de capital) junto ao **SICOOB CENTRAL CECRESP**
- (b) Referem-se aos investimentos (ações) junto ao **BANCOOB**
- (c) Referem-se aos investimentos (cotas de capital) junto ao **SICOOB CECRESP CORRETORA DE SEGUROS**

## 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso		11.480,12	11.480,12
Instalações	10%	359.455,67	354.178,27
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(101.492,28)	(60.368,77)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	284.371,70	211.119,18
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(103.616,39)	(73.492,68)
Sistema de Comunicação	20%	20.058,74	17.898,72
Sistema de Processamento de Dados	20%	412.094,23	382.989,59
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(238.909,44)	(176.065,13)
<b>TOTAL</b>		<b>643.442,35</b>	<b>667.739,30</b>

## 11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outros Ativos Intangíveis	202.826,36	185.228,06
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(115.222,96)	(83.324,11)
<b>TOTAL</b>	<b>87.603,40</b>	<b>101.903,95</b>

## 12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	1.687.524,23		424.438,40	
Depósito a Prazo	2.463.667,88	0,16	983.828,09	0,39
<b>TOTAL</b>	<b>4.151.192,11</b>		<b>1.408.266,49</b>	

Crescimento registrado pela mudança no modelo de negócios, abertura de contas corrente que facilitou o acesso pelos cooperados ao produto RDC, bem como a mudança para livre admissão que possibilitou a entrada de novos cooperados com perfil de aplicadores.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	244.002,99	5,88%	98.745,86	7,01%
10 Maiores Depositantes	1.622.335,27	39,08%	673.148,21	47,80%
50 Maiores Depositantes	2.962.679,49	71,37%	1.202.336,72	85,38%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(49.882,07)	(59.805,38)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(3.485,67)	(1.485,14)
<b>TOTAL</b>	<b>(53.367,74)</b>	<b>(61.290,52)</b>

### 13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	13.522,67	1.012,84
<b>TOTAL</b>	<b>13.522,67</b>	<b>1.012,84</b>

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

### 14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	488,27	9.839,38
Sociais e Estatutárias	2.985.180,81	2.442.408,92
Fiscais e Previdenciárias	125.227,26	90.436,86
Diversas	770.152,57	458.084,15
<b>TOTAL</b>	<b>3.881.048,91</b>	<b>3.000.769,31</b>

#### 14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	158.443,93
Provisão para Participações nos Lucros	-	108.011,07
Resultado de Atos com Associados (a)	328.245,10	331.942,56
Sobras Líquidas a Distribuir	-	159.926,35
Cotas de Capital a Pagar (b)	2.656.935,71	1.684.085,01
<b>TOTAL</b>	<b>2.985.180,81</b>	<b>2.442.408,92</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) As cotas de capital a pagar ficam registrados os valores a devolver ao cooperado que foi demitido ou uma devolução parcial de capital.



## 14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	7.726,40	2.096,96
Impostos e Contribuições sobre Salários	114.962,84	83.606,94
Outros	2.538,02	4.732,96
<b>TOTAL</b>	<b>125.227,26</b>	<b>90.436,86</b>

## 14.3 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cheques Administrativos	1.294,97	606,01
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	12.220,18	140.487,92
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	-	342,64
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	306.805,17	227.491,82
Provisão para Passivos Contingentes	-	20.000,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	36.310,49	9.714,18
Credores Diversos – País (d)	413.521,76	59.441,58
<b>TOTAL</b>	<b>770.152,57</b>	<b>458.084,15</b>

(a) Registram-se as provisões de despesas a pagar a prestadores de serviços e por compras de bens

(b) Na conta de provisão para pagamento a efetuar e credores diversos, encontram-se registros seguintes: despesa de pessoal R\$ 235.115,55 e de outras despesas administrativas com comunicações, transporte, compensações, seguro prestamista, provisão de despesas com cartões, outros pagamentos a efetuar, que se trata das apropriações de despesas que serão pagas no mês subsequente.

(c) Refere-se à contabilização, a partir de 31/01/2020, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.476.141,15 e R\$ 410.193,07 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) trata-se de pendências a regularizar R\$ 229.386,48, pagamento a processar R\$ 163.293,63, conta transitória de R\$ 901,13, seguro de terceiros a pagar de R\$ 636,00, plano de saúde de terceiros a pagar de R\$ 17.003,52, transitória conta convênio a reclassificar R\$ 923,00 e outros credores diversos – país de R\$ 1.378,00.

## 15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB SANTA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro 2020** e de **2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 16. Patrimônio líquido

### 16.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social (a)	24.484.507,12	28.077.296,19
Associados	6.589	6.954

(a) Com o agravamento da pandemia a partir de abril/20, grande parte de nossos cooperados foram impactados com redução salarial, demissão, suspensão de contratos de trabalho. Considerando quase a totalidade de nossos cooperados eram formados por pessoas físicas assalariadas, tomamos algumas medidas para apoiá-los nessa situação difícil. Uma das medidas foi avaliar as solicitações de resgate eventual de capital de maneira mais flexível, o que resultou na autorização de um volume recorde de resgate eventual de capital para associados ativos (R\$ 4.996.200) que foram utilizados em parte para amortizar operações com a própria cooperativa e parte para apoiar o associado a organizar suas finanças.

### 16.2 Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Reserva de Lucros	1.395.108,39	1.483.853,38
<b>Destinações estatutárias</b>		
Fundo de Reserva - 10% em 2019 e 30% em 2020 e Deliberação de AGO (a)	903.823,38	30.058,98
Fundo de Expansão	-	30.384,02
Reversão do Fundo de Expansão (b)	(688.728,22)	(149.187,99)
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>1.610.203,55</b>	<b>1.395.108,39</b>

(a) Aumento da reserva no montante de R\$ 903.823,38, sendo R\$ 210.087,78, deliberação assemblear referente destinações dos resultados obtidos em 2019 e R\$ 688.728,22, referente a liquidação do fundo de expansão com destinação de 100% do recurso do fundo de expansão, e de R\$ 5.007,38 referente destinações dos resultados obtidos em 2020.

(b) Reversão do Fundo de expansão, conforme deliberação em assembleia, realizada 30/05/2020 e liquidação do fundo de expansão no valor de R\$ 688.728,22 para destinação ao Fundo de Reserva.

### 16.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30/05/2020, os cooperados deliberaram pelo aumento do reserva legal com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de R\$ 210.087,78.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	16.691,28	300.589,76
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	16.691,28	

Destinações estatutárias		
Fundo de Expansão		(30.384,02)
Reserva legal – 2020 - 30% e 2019 10%	(5.007,38)	(30.058,98)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(1.669,13)	(30.058,98)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	<b>10.014,77</b>	<b>210.087,78</b>

## 17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	212.443,46	174.750,08
Despesas específicas de atos não cooperativos	(33.750,85)	(18.499,02)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(130.425,61)	(108.836,04)
Resultado operacional	48.267,00	47.415,02
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(33.545,27)	100.144,72
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.867,74)	-
Dedução do total de receitas de vendas de seguros e consórcios com Associados (Resolução Sicoob Confederação 129/16)	(40.771,57)	(105.585,84)
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>(49.450,31)</b>	<b>(105.585,84)</b>

## 18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2020, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 604.101,92, equivalente a 80% da variação da SELIC. Em 2019, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 1.444.232,21, equivalente a 90% da variação da SELIC.

## 19. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2.079,51	2.575,21	428,54	432,95
Rendas de Empréstimos	3.872.719,97	7.653.773,75	3.606.988,63	6.916.792,24
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	308.867,66	565.304,23	279.117,45	413.767,04
<b>TOTAL</b>	<b>4.183.667,14</b>	<b>8.221.653,19</b>	<b>3.886.534,62</b>	<b>7.330.992,23</b>

## 20. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(26.271,37)	(53.367,74)	(25.699,58)	(61.290,52)
Provisões / Reversão para Operações de Crédito	(1.153.415,89)	(1.840.297,39)	(646.996,94)	(1.124.959,58)
Provisões para Outros Créditos	(73.025,86)	(104.773,01)	-	(7.490,07)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.252.713,12)</b>	<b>(1.998.438,14)</b>	<b>(672.696,52)</b>	<b>(1.193.740,17)</b>

## 21. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	122.596,86	231.225,42	101.082,37	170.687,93
<b>TOTAL</b>	<b>122.596,86</b>	<b>231.225,42</b>	<b>101.082,37</b>	<b>170.687,93</b>

## 22. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	57.819,51	88.531,53	5.127,34	5.127,34
Rendas de Serviços Prioritários - PF	29.000,87	43.393,21	4.568,26	4.577,76
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	10.403,20	11.561,46	216,91	234,85

<b>TOTAL</b>	<b>97.223,58</b>	<b>143.486,20</b>	<b>9.912,51</b>	<b>9.939,95</b>
--------------	------------------	-------------------	-----------------	-----------------

### 23. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários	(260.991,69)	(475.008,53)	(244.179,09)	(413.030,66)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(568.405,61)	(1.131.401,89)	(491.552,39)	(844.424,69)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(376.492,51)	(689.134,91)	(281.013,49)	(485.670,13)
Despesas de Pessoal – Proventos	(894.912,85)	(1.632.854,32)	(679.178,04)	(1.239.364,61)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	-	(23.370,20)	(23.710,20)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(22.912,19)	(30.307,04)	(6.545,00)	(14.832,06)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.123.714,85)</b>	<b>(3.958.706,69)</b>	<b>(1.725.838,21)</b>	<b>(3.021.032,35)</b>

### 24. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(11.196,44)	(22.488,50)	(13.804,24)	(23.769,93)
Despesas de Aluguéis	(112.744,53)	(211.206,54)	(80.327,92)	(144.270,26)
Despesas de Arrendamento de Bens	(510,60)	(510,60)	-	-
Despesas de Comunicações	(28.652,04)	(54.535,92)	(36.005,08)	(69.741,09)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(26.646,08)	(52.402,82)	(62.182,63)	(98.190,03)
Despesas de Material	(15.430,36)	(27.286,81)	(25.207,58)	(32.377,02)
Despesas de Processamento de Dados	(122.079,64)	(262.773,64)	(81.717,03)	(94.413,42)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(19.500,69)	(22.562,89)	(49.364,63)	(69.732,59)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(13.708,20)	(34.699,29)	(18.691,70)	(38.999,16)
Despesas de Seguros	(3.357,73)	(7.409,23)	(4.051,50)	(27.433,28)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(82.400,15)	(124.872,40)	(19.664,20)	(24.561,51)
Despesas de Serviços de Terceiros	(77.385,70)	(125.966,02)	(42.527,81)	(84.303,81)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(46.688,42)	(93.392,55)	(279,07)	(279,07)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(44.759,08)	(83.022,27)	(151.520,17)	(281.013,40)
Despesas de Transporte	(33.210,15)	(57.780,12)	(61.923,27)	(79.697,47)
Despesas de Viagem no País	(13.121,03)	(22.865,30)	(32.696,71)	(78.094,46)
Despesas de Multas Aplicadas pelo Banco Central	-	-	-	(9,77)
Despesas de Amortização	(31.696,93)	(63.172,62)	(45.930,48)	(59.600,39)
Despesas de Depreciação	(35.143,54)	(71.247,22)	(44.138,91)	(71.588,66)
Outras Despesas Administrativas	(293.988,81)	(666.173,07)	(371.994,85)	(680.820,40)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.012.220,12)</b>	<b>(2.004.367,81)</b>	<b>(1.142.027,78)</b>	<b>(1.958.895,72)</b>

### 25. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	40,61	1.954,59	7.971,44	21.071,30
Imposto de Renda	4.339,37	4.339,37	-	-
Outras	15.683,64	23.968,65	0,04	0,04
Outras rendas operacionais (a)	210.104,05	278.779,96	88.462,71	130.031,80
<b>TOTAL</b>	<b>230.167,67</b>	<b>309.042,57</b>	<b>96.434,19</b>	<b>151.103,14</b>

(a) – trata-se de rendas de juros multas por atraso de cartão de crédito, juros ao capital.

### 26. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Descontos concedidos - operações de crédito	(124.882,75)	(171.435,44)	(60.068,69)	(64.057,03)
Outras Despesas Operacionais	(76.841,37)	(135.388,80)	(93.066,04)	(163.060,04)
<b>TOTAL</b>	<b>(201.724,12)</b>	<b>(306.824,24)</b>	<b>(153.134,73)</b>	<b>(227.117,07)</b>

### 27. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Ganhos de Capital	-	409,58	137.689,28	180.603,38
(-) Perdas de Capital	(33.954,85)	(33.954,85)	(61.330,93)	(80.458,66)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(33.954,85)</b>	<b>(33.545,27)</b>	<b>76.358,35</b>	<b>100.144,72</b>

## 28. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	10.921,39	0,046%	1,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.921,39</b>	<b>0,046%</b>	<b>1,00</b>
Montante das Operações Passivas	131.300,00	3,76%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque especial	28,53	0,14	0,02%
Empréstimo	21.596,83	107,98	0,08%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	59.108,92	3,50%	0%
Depósitos a Prazo	289.166,08	11,73%	0,16%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	2,37%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	93,57%

(\*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Aplicações Financeiras	3,76%

## 29. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECRESP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SANTA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECRESP**:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Relações interfinanceiras - centralização financeira	239.396,53	109.614,80
Títulos de Renda Fixa	3.780.735,40	7.170.616,06
Participações em cooperativa central de crédito	2.147.314,47	1.892.236,44
<b>Resultado Líquido</b>	<b>6.167.446,40</b>	<b>9.172.467,30</b>

## 30. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### 30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### **30.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### **30.3 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### **30.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### 30.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

### 31. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	23.991.134,42	27.898.248,16
Índice de Basileia	84,30%	106,81%

### 33. Provisão para demandas judiciais

Segundo a assessoria jurídica da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 78.316,92. trata-se de ações trabalhistas, fiscais ou cíveis.

### 34. Evento Subsequente

Após encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020, a **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA**, em sua AGE realizada na data de 29 de janeiro de 2021, aprovou sua Desfiliação da Sicoob Central Cecresp e filiação à Sicoob Central UniMais. A filiação junto a Sicoob Central Unimais aconteceu dia 01 Fevereiro de 2021, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.



**São Paulo/SP, 29 de março de 2021**

**DOUGLAS APARECIDO CIRILO  
DIRETOR EXECUTIVO**

**ALEX RIBEIRO  
CONTADOR 1SP2421220-6**

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

As demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB SANTA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 5 de março de 2020 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa

opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 29 de março de 2021.



**SERPRO**  
Assinado digitalmente por:  
RONALDO REIMBERG LIMA  
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :  
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Ronaldo Reimberg Lima  
Contador – CRC 1SP215393/O-1



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Nós, membros do Conselho Fiscal** da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO **SICOOB SANTA**, em cumprimento ao que determina o artigo 87, do Estatuto Social pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista o resultado das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício para os fins previstos no Estatuto Social, e, após examinarem as Demonstrações Financeiras que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração, apresentamos o seguinte parecer:

Os exames e análises foram complementados por meio de entrevistas com os responsáveis pela contabilidade e pelas demais unidades, com dados e informações considerados necessários e suficientes, notadamente, acompanhamento de toda a movimentação da instituição por meio de reuniões mensais realizadas para exame da documentação contábil, confronto com os balancetes mensais e o controle orçamentário.

Várias questões de ordem administrativa foram por nós tratadas com o Órgão de Administração, que as explicou a contento e tomou, conforme o caso, as providências recomendadas para a sua solução.

O Parecer dos Auditores Independentes datado de 29 de março de 2021 foi devidamente analisado, observando-se o registro dos principais atos de gestão da entidade no exercício de 2020 e os resultados apurados no levantamento do Balanço da entidade.

Das análises feitas no Balanço Geral e Demonstração de Sobras ou Perdas, nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e nas Demonstrações de Fluxo de Caixa deste exercício, observou-se que expressam, com propriedade, os resultados da gestão de negócios da entidade.

**O Conselho Fiscal**, em cumprimento ao seu dever legal, **opina favoravelmente à aprovação** das referidas Demonstrações Financeiras e contábeis em 31 de dezembro de 2020, estando assim em condições de serem submetidas à deliberação e aprovação dos associados em Assembleia Geral.

São Paulo, 13 de abril de 2021.

Gerson Ribeiro Magalhães  
**Conselheiro**

Felipe Ribeiro Soares de Andrade  
**Conselheiro**

Renato Bortolan  
**Conselheiro**

Davidson Fernando Reis Brito  
**Conselheiro**

Euclides Domingos Garcia Florentino  
**Conselheiro**